OS TRABALHADORES RURAIS E A SINDICALIZAÇÃO - UMA PRÁTICA*

Maria Julieta Costa Calazans

Trabalho apresentado no Seminário sobre Movimentos Sociais no Rio Grande do Norte - 25 a 29.04.83

*Este trabalho incorpora fatos e retoma idéias do trabalho: "LE SYNDICAT PAYSAN COMME INSTRUMENT INSTITUCIONNEL DE PARTICIPATION - LE CAS DU NORDESTE DU BRESIL" - de Maria Julieta Costa Calazans Paris, Agosto de 1969

RIO DE JANEIRO
abril de 1983

Labim/UFRN

S U M Á R I O

I - RAÍZES DE MOVIMENTOS CAMPONESES - RIO GRANDE DO NORTE (BRASIL)

II - NA "PRÓ-SINDICALIZAÇÃO": A AÇÃO DIRETA

III - DO PRIMEIRO CONGRESSO ÀS NOVAS NORMAS SINDICAIS

IV - ATÉ O (S) PRIMEIRO (S) DIA (S) DE ABRIL DE 1964.

Labim/UFRN

"... O sindicato é um órgão
que nos traz a liberdade
precisamos ter coragem
lutar com capacidade
combatendo a incerteza
e defendendo a pobreza
de tanta barbaridade".

(TEIXEIRA, Antônio. "A voz de um camponês". Rio Grande do Norte, Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, 1963 - p. 6 - Versos do Camponês, 2).

"... Essa LEI não foi cumprida
e todos devem agir
juntos com o SINDICATO
todos devem se unir
e diante da justiça
o seu DIREITO exigir".

(JOSÉ FLÁVIO. A história das expulsões ocorridas no Engenho Melo em Vitória de Santo Antão - PE. Recife, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, 1983.

Labim/UFRN

I - RAÍZES DE MOVIMENTOS CAMPONESES - RIO GRANDE DO NORTE (NORDESTE-BRASIL)

A história dos movimentos camponeses vem geralmente escrita vinculada às lutas populares dos trabalhadores urbanos. Assim, ao se discutir a sindicalização rural no Rio Grande do Norte, torna-se necessário reconstruir traços da história dos movimentos sociais no Estado, no bojo dos quais as organizações camponesas fincaram alguns de seus marcos.

Na década de 50, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, inicia-se um novo período para o proletariado nacional, ampliando-se as formas de penetração do Estado junto às massas trabalhadoras. Medidas governamentais são tomadas para atenuar as normas de controle aos sindicatos e permitir que os órgãos de classe sejam dirigidos por trabalhadores eleitos por suas bases; os trabalhadores são formalmente autorizados a fazer suas reivindicações publicamente; são suspensas intervenções nos sindicatos.

"Entre 1936 e 1944, e de 1946 a 1951, a intensa repressão ao movimento operário inviabiliza toda campanha nacional reformista de envergadura; esse fato dispensa o sindicalismo anti-reformista de assumir uma posição aberta e declarada sobre a questão das reformas. É por volta de 1959, quando se inicia a ascenção do movimento popular, que o Sindicato passará a uma mais clara definição anti-reformista, expressa freqüentemente sob a forma de proposição de alternativas às 'reformas radicais': uma 'revisão agrária' (programa assistencialista de crédito ao pequeno e médio produtor) ao invés de uma 'reforma agrária' (redistribuição de terra), a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (tema da inspiração cristã tradicional, que o Sindicato explorava desde 1954) ao invés da nacionalização das empresas estrangeiras".[1]

João Goulart, no Ministério do Trabalho, intentando fazer de sua pasta ministerial um dos instrumentos de reformulação e

---

[1] Ver SAES, Décio. "Tendências do sindicalismo de classe média no Brasil", 1930-1964. In: ___. MORAES FILHO, Evaristo de et alii. Trabalhadores, sindicatos e política. São Paulo, CEDEC/Global, s.d. p. 35-44.

Labim/UFRN

fortalecimento da política Getulista, faz chegar a legislação sindical ao meio rural. Surgem os primeiros sindicatos rurais desse período, inspirados no Decreto-Lei nº 7.038[2] (1944).

Surgem no Rio Grande do Norte, em fins da década de quarenta e início da cinqüenta, dois movimentos que viriam a ser responsáveis pelas origens e desdobramentos das lutas das organizações camponesas no Estado:

a) O Serviço de Assistência Rural (SAR) cujos inícios datam de 1948-1949;

b) A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Rio Grande do Norte (FTIRN), fundada em 28.11.1952.

- A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias surge num momento chamado "período competitivo" do sindicalismo brasileiro, procurando implantar formas de articulação no movimento operário do Estado, indicando novas técnicas de ação, tanto no plano especificamente sindical como no plano político.

A Federação congregou sindicatos como o de Trabalhadores da Extração do Sal do Rio Grande do Norte, incorporou agremiações operárias cujas origens remontam a 1890 e reuniu ainda grupos de operários da Associação Artístico-Operária de Canguaretana, fundada em 1873[3], que traziam consigo a história de lutas dos trabalhadores dos engenhos de açúcar.

Os trabalhadores das salinas começaram a se organizar em 1929. Para fazer suas reuniões, embrenhavam-se nas matas e aglutinavam-se à sombra dos "quixabeiras". Em 1935 ocorreu a primeira

---

[2]Em 10.11.1944 - Dia do Estado Novo - Getúlio Vargas promulga o Decreto-Lei nº 7.038, que dispõe sobre a sindicalização rural. Esse decreto foi regulamentado pela Portaria nº 14 de 19 de março de 1945.

[3]Ata da fundação da "Associação Artístico-Operária Canguaretanense" - transcrita na "A REPÚBLICA", órgão oficial do Estado do Rio Grande do Norte, de 02.02.1927.

Labim/UFRN

greve, reivindicando aumentos salariais, proteção contra acidentes do trabalho, direito ao contrato coletivo, etc.

Em âmbito nacional, surge nessa época o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) em São Paulo constituído por ocasião de uma greve de diversas categorias profissionais. Esse organismo, num esforço de dinamização e pretendendo ensaiar a tática da frente única, foi transformado, em 1958 em Conselho Sindical dos Trabalhadores de São Paulo, (CONSINTRA). No Rio de Janeiro, também em 1958, é criada a Comissão Permanente de Organizações Sindicais - CPOS, aproveitando em parte, a experiência de ação de São Paulo. Pretendendo combater a política sindical unitária dos CONSINTRA e CPOS surgem ainda no final da década de cinquenta, pregando princípios anticomunista, o Movimento Sindical Democrático - MSD (que veio a ser bastante atuante após o 1º de abril de 1964) e o Movimento de Renovação Sindical. Em São Paulo, em 1960 foi criado o Pacto de Unidade e Ação - PUA (ferroviários e marítimos). E na maioria dos Estados Brasileiros foram organizados CONSINTRA; CPOS e PUA - que lutavam por reformas de base e unidade sindical - movimentos que se aglutinaram com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, em 1963.

O SAR, criado pela Arquidiocese de Natal, vivia, na década de cinquenta, a implantação de seu leque de experiências, sobretudo no plano da "renovação pastoral" e no âmbito educativo.

A difusão dessas experiências se dava através das paróquias da Arquidiocese de Natal, e também pelo intercâmbio com as Dioceses de Mossoró e Caicó.

A dinamização do trabalho do SAR, naquela época, era fruto da ação da Igreja de Natal. Desenvolvendo-se no convívio e com o apoio da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)[4] do Serviço Social Rural (SSR)[5], do Departamento de Endemias Rurais - (DNERu)[6],

---

[4]CNER - Oficializada institucionalmente em 04.05.52, pelo Ministério da Educação e Saúde, a CNER já surge com 2 anos de experiência. Foi regulamentada legalmente pelo Decreto 38.955 de 27.03.56 e 39.871 de 30.08.56.

[5]SSR - Criado em 23.09.55 - Lei nº 2.613, entidade autáquica, com personalidade jurídica e patrimonio próprio.

[6]DNERu - Criada em 06.03.56 pela Lei nº 2.743.

Labim/UFRN

da Associação Nordestina de Crédito de Assistência Técnica (ANCAR)[7], além de outras instituições que vinham no bojo destas, vendia uma "imagem romântica" do desenvolvimento de comunidades, do crédito agrícola, da extensão e do treinamento de líderes rurais.[8]

O Rio Grande do Norte tomava parte dos fatos políticos nacionais e regionais do período 50-60. A redemocratização do país, a eclosão de novas bases nos partidos políticos, nos movimentos de trabalhadores e de estudantes, a restrição imposta ao crescimento econômico da região - eram fenômenos vividos com intensidade.

A Superintêndencia de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) - criada em 15.12.59 pela Lei nº 3.692 - apresentou em 1960 o seu 1º Plano Diretor, com "inovações" generalizadas para diferentes setores de atividades econômicas. O nível de vida da população rural, segundo Celso Furtado, "dificilmente poderia ser mais baixo". Os programas de industrialização, as metas dos setores de infra-estrutura não chegaram a provocar impacto nas áreas agrícolas da região. Por interesses de grupos econômicos, muitos problemas políticos da agricultura foram transformados em problemas técnicos, tornando-se assim, mais simples o adiamento de suas soluções.

Os estudos empreendidos sobre o Nordeste naquela época

---

[7] ANCAR - Criada em 21.06.56, entidade civil de Direito Privado.

[8] Sobre fincanciamento, seria oportuno trabalhar num ítem especial. A este respeito, o esquema de patrocinadores indicado por Romeu Padilha de Figueiredo para a ANCAR aplica-se em grande parte à CNER, ao DNERu, ao SSR. "Além dos Estados Nacionais foram seus principais patrocinadores e suportes: - Organizações de 'cooperação técnica', ligadas diretamente ao Governo dos EUA (IIAA, ICA, AID, USOM, Aliança para o Progresso, etc); - Corporações, Associações e Fundações privadas, ditas 'filantrópicas', ligadas ao grande capital monopolista americano (AIA, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Fundação Kellog, etc); - Organismos internacionais permeáveis aos interesses dos dois grupos acima mencionados e que a eles dão legitimidade, cobertura e prestígio, que, como eles, são instrumentos em nossos países de expansão da economia de mercado e que, como eles, vendem uma imagem romântica da extensão rural (IICA, OEA, BID, FAO, BIRD)". Ver, a respeito da CNER e SSR, os seguintes relatórios: CALAZANS, Maria Julieta Costa - Coord., Década de implantação de programas nacionais em áreas rurais - In: . Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1979 - cap. 2, p. 20-50. E, ainda de CALAZANS . Caracterização de programas de educação rural no Brasil. Algumas experiências das três últimas décadas. 1º Relatório Parcial. Rio de Janeiro, IESAE/FGV - 1981. (Continuação do Estudo Retrospectivo).

Labim/UFRN

dão conta da intensidade do aumento populacional, do agravamento dos problemas econômicos e sociais e, sobretudo, das frentes e movimentos organizados para propor soluções aos descaminhos produzidos na região.

Falando do "Novo Estado no Nordeste': A SUDENE", Francisco Oliveira comenta: 'Constitui para muitos observadores um mistério que os representantes parlamentares do Nordeste tenham-se constituído, na verdade, na mais formidável oposição à criação do novo organismo e que, pelo contrário, o apoio lhe tenha sido dado principalmente pelos parlamentares do Centro-Sul, aliados a poucos e expressivos congressistas mais ligados à burguesia industrial nordestina. O mistério permanece apenas para quem não analisou devidamente o conflito de classes do Nordeste, o processo de expansão do capitalismo no Centro-Sul e o decorrente posicionamento das classes sociais e de grupos para os quais a criação do novo organismo poderia representar a morte ou a vida".

"A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção 'planejada' no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do capitalismo do Centro-Sul"[9].

Para tratar da sindicalização dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte em suas origens, seria necessário destacar vários movimentos sociais que estiveram presentes e participaram com os camponeses de suas práticas sindicais. Preferimos, porém, tomar a Igreja - representada pelo SAR - e a FTIRu como os marcos centrais deste esboço de estudo.

A extensão do trabalho da Igreja de Natal no meio rural não pode ser avaliada tomando-se apenas a sindicalização rural, sob pena de se incorrer em distorções.

---

[9] In: OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Labim/UFRN

Alguns eventos relevantes para a Igreja do Nordeste entre as décadas de cinqüenta e sessenta devem ser destacados, pela significação que têm no desdobramento das atividades do SAR face à Sindicalização Rural:

a) I Encontro dos Bispos do Nordeste - Campina Grande - maio de 1956.
   - "A Igreja se proclama sem nenhuma vinculação com as situações injustas e se coloca ao lado dos injustiçados";
   - "Igreja... 'incentiva paz social'";
   - Preocupação central do Encontro: problemas rurais - "política de utilização da terra", "reforma agrária, fixação do homem"[10] ...;

b) II Encontro dos Bispos do Nordeste - Natal - maio de 1959.
   - Presidente Juscelino Kubitschek presente ao encontro, trazendo a Natal respostas efetivas para a expansão das Escolas Radiofônicas, o "Projeto de Vales Úmidos", o programa para "humanização" das imigrações, entre outras providências.

Analisando as condições de criação da SUDENE em 1959 observa Francisco de Oliveira que "os sucessivos encontros dos Bispos do Nordeste, o primeiro em Campina Grande em 1956 e o Segundo em Natal em 1959, no acender das luzes da própria SUDENE, questionam o direito de uma propriedade socialmente inútil. Pode-se dizer que isso não era mais que um eco distante da Rerum Novarum mas mesmo sendo assim foi a maior parte da hierarquia católica da região que assumiu as novas posições"[11].

Analisando o Movimento de Natal, Alceu Ferrari assinala duas fases de atuação do SAR no meio rural.

---

[10] I Encontro dos Bispos do Nordeste, Campina Grande - maio de 1966, Rio de Janeiro - Presidência da República, 1956.

[11] OLIVEIRA, Francisco de, op. cit., p. 98.

Labim/UFRN

Da 1a. Fase é importante destacar para fins deste estudo: as Semanas Rurais (1a. - 1951), as Missões Rurais (1a.-1951), o "Binômio Escola-Paróquia, fundada no Tripé: Lider-Grupo-Comunidade (1951)", a Juventude Agrária Católica, o Treinamento de Lideres Rurais (1952).[12]

Segundo Ferrari os sermões e discursos de Dom Eugênio Sales tratando de problemas agrários, de 1947 a 1951 (I Semana Rural) refletiam a "angústia" da Igreja pela situação do homem do meio rural. Este é o momento em que ocorreram as atividades da I fase rural do SAR. Na 2a. fase rural os discursos faziam referências a "revolta" e "luta" contra a "injustiça". "Dom Eugênio em seus pronunciamentos sobre estrutura agrária adjetiva de 'absurda', 'defeituosa', 'injusta', 'desumana'"[13].

A Carta Pastoral dos Bispos do Rio Grande do Norte sobre o problema rural do Estado (Jornal A Ordem - 02.07.51) é um dos fundamentos para a 2a. Fase Rural do SAR, objetivando: "educação, desenvolvimento econômico, mudanças de estruturas"; esta fase, na qual o programa pró-sindicalização dos trabalhadores rurais vai se situar, tem seu início marcado principalmente pela organização das Escolas Radiofônicas (1958).

A Federação dos Trabalhadores da Indústria do Rio Grande do Norte participou, através de alguns de seus representantes, das I e II Conferências Nacionais de Trabalhadores Agrícolas, realizadas em São Paulo, respectivamente em 1953 e 1954.[14]

---

12 Ver FERRARI, Alceu. Igreja e Desenvolvimento. O movimento de Natal. Fundação José Augusto - 1968, p. 69-83.

13 FERRARI, Alceu - op. cit. - p. 229.

14 Outros encontros camponeses ocorreram nesta segunda metade da década de 50: I Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, em Limoeiro - Pernambuco, 1953 (decisão de criar as LIGAS); I Congresso de Camponeses de Pernambuco, em Recife, 1955 (Presidente das Ligas Camponesas); I Congresso das LIGAS - 1958, em Pernambuco (Ligas - Associações de Luta pela Terra, apoiadas no código civil).

Labim/UFRN

Os trabalhadores que militavam nos sindicatos de industriais e principalmente de estivadores e marítimos, mantinham-se informados dos movimentos dos trabalhadores rurais e de suas organizações: ULTAB, LIGAS, MASTER[15] e outras que surgiam em diferentes pontos do país. Ficou claro que a luta que começava nos campos estava aliada ao esforço de mobilização popular vivido pelos sindicatos e outros movimentos nos centros urbanos.

Na II Conferência (agosto de 1954), em São Paulo, criou-se a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com objetivos de congregar os associados e sindicatos de trabalhadores rurais já existentes e promover a organização desses movimentos de base em todo o país. A Carta de Direito e Reivindicações aprovada nesta conferência contém propostas específicas para as lutas dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Nordeste.

A questão da existência de sindicatos rurais de trabalhadores era muito controvertida nessa época. Havia centenas de "Sindicatos Rurais" de grandes e também de médios proprietários, filiados à Confederação Rural Brasileira (Patronal), naquela época (década de cinqüenta).

Com base no Decreto-Lei nº 7.038 (1944) e na Portaria 14 (março/1945), que dispunham sobre sindicalização rural e sua regulamentação, menos de uma dezena de sindicatos de trabalhadores rurais tinham obtido reconhecimento do Ministério do Trabalho nas dé

---

[15] MASTER - Movimento dos agricultores sem terra - foi fundado em Encruzilhada do Sul (1960), no Rio Grande do Sul, onde este movimento teve sua poderosa atuação, organizando cerca de cem associações no Estado. Realizou o seu I congresso em Porto Alegre (dezembro 1962), noticiado por NOVOS RUMOS e TERRA LIVRE em janeiro de 1963.

Labim/UFRN

cadas de 40 e 50[16], congregando cerca de dez mil associados. Por outro lado, o jornal Terra Livre, da ULTAB, noticiava em 1956 que, apoiados nas mesmas normas legais, existiam 49 Sindicatos de Trabalhadores Rurais no país.

Retomo os registros de um trabalho apresentado à Escola de Serviço Social de Natal (RN) que descreve minhas experiências pessoais junto a sindicatos, realizadas no âmbito de um programa conjunto da Federação e Sindicatos dos Trabalhadores na Indústrias e Delegacia do SESI do Rio Grande do Norte[17].

A tendência para o trabalho junto ao operário, a necessidade de aperfeiçoamento pessoal no setor do trabalho e a ampliação de horizontes no campo de atuação junto aos sindicatos foram os motivos da escolha desse tema para aquele trabalho final de graduação.

"O ambiente onde nasci e vivi, Areia Branca (RN)[18], onde

---

[16] Os seis sindicatos de trabalhadores que, segundo as informações da época tinham obtido reconhecimento:
- Sindicato dos Empregados Rurais de Campos - Rio de Janeiro - 23.10.38/09.08.46.
- Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna - Bahia - 18.05.52/04.10.57.
- Sindicato dos Empregados Rurais de Belmonte - Bahia - 19.08.51/07.12.55.
- Sindicato dos Empregados Rurais de Tubarão - Santa Catarina - 03.06.51/29.07.52.
- Sindicato dos Empregados Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serrinhaem - Pernambuco - 18.07.54/01.03.56.
- Sindicato de Empregados Rurais do Rio de Janeiro - sediado em campo Grande, com reconhecimento anterior a 1960.

[17] Ver CALAZANS, Maria Julieta Costa - Sindicato SESI e Serviço Social - Trabalho de conclusão de Curso, junto à Escola de Serviço Social da Universidade do Rio Grande do Norte - Natal, 1969 - Departamento Nacional do SESI (mimeo.).

[18] Areia Branca - Município do Rio Grande do Norte coberto por extensas áreas de sal, extraído através de processos primitivos até a década de 60, ocupando grandes contingentes de trabalhadores.
A tradicional produção do sal marinho era feita por empresas nacionais (de grande e médio porte) e locais (pequeno porte).

A implantação do "Complexo Industrial" da indústria salineira, concretizada na década de setenta através da concessão e de isenções de subsídios a grandes empresas - extração, transporte e embarque portuário (Porto Ilha, a 14km do núcleo urbano), transformou Areia Branca num "galpão" de aposentados precoces, de subempregados, de operários destituídos de suas identidades de classe.

Labim/UFRN

a densidade do meio operário está nas salinas e nos serviços portuários, fez despertar muito cedo a minha atenção para os problemas do trabalhador, antes mesmo de conhecer métodos, processos e técnicas das ciências". (SESI de Areia Branca - 1950).

Assim, de 1946 a 1952 trabalhei com a classe operária nos sindicatos em Areia Branca, que viviam um dos períodos mais ricos de sua história, pela dinâmica das lutas, dos movimentos que repercutiam a nível nacional. De 1953a 1964 estive presente ao movimento sindical urbano de Estado - nas fábricas, nos galpões de corte de cera de carnauba, nas salinas; e principalmente no final da década de cinqüenta e início de sessenta, assistindo congressos, assembléias e reuniões sindicais que se realizam para a articulação de grupos intersindicais - acompanhando o que ocorria em nível nacional. "No período 1959/64, a busca de uma maior participação sindical leva o Sindicato a incentivar a criação de Comissões Sindicais, que deveriam representar a desburocratização de atividades e a mobilidade do corpo sindical, a prática efetiva da democracia na vida sindical e a garantia de que as decisões serão emanadas das bases"19.

Fica assinalado no estudo de Moacyr de Goes[20] que, "em Natal uma palavra de ordem política socializante não teria transito fácil - a não ser que passasse através de uma intensa e profunda mobilização popular".

Esta observação reforça a ênfase que quero dar aqui à relação entre os sindicatos de trabalhadores urbanos e os sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte.

Durante os anos cinqüenta ao retornarem os sindicalistas dos Congressos de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1953-1958) realizados em vários pontos do país e mesmo no Nordeste, traziam

---

[19] SAES, Décio - op. cit. - p. 44.

[20] Ver GOES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler - 1961-1964. Uma Escola de Democracia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

Labim/UFRN

à discussão propostas favoráveis ao início de um trabalho pró-sindicalização rural a partir das organizações intersindicais que estavam se articulando na época no Rio Grande do Norte.

Francisco Plácido das Chagas - presidente da FTIRN - e outros companheiros, sentindo o problema dos camponeses do Estado, estudaram as possibilidades de iniciar a organização de uniões, ligas ou sindicatos camponeses sob os auspícios da Federação dos Trabalhadores da Indústria, tendo como base as atividades extrativas vegetais do Vale do Açu[21]. Este tipo de operação-ajuda dos operários urbanos aos camponeses vinha sendo desenvolvida em alguns Estados do Brasil, sobre tudo sob a forma de colaboração entre as instituições sindicais do proletariado das cidades e a ULTAB.

Um pequeno plano chegou a ser elaborado pelos dirigentes da Federação de Trabalhadores da Indústria, que contudo não puderam levá-lo adiante por falta de recursos.

Os movimentos operários urbanos de Natal não chegaram, assim, a transformar as sugestões de apoio à luta camponesa em reivindicações do seu quotidiano.

Nos últimos meses de 1959, ao retornarem de São Paulo onde tinham participado da I Conferência Nacional de ULTAB (setembro/1959), Francisco Plácido e outros companheiros traziam fortalecido o propósito de levar adiante a organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte. Desenvolveram-se discussões prolongadas com Djalma Maranhão[22] e Luiz Gonzaga dos Santos - na época, candidatos a prefeito e a vice-prefeito de Natal nas legendas do PTN e PTB.

---

[21] Vale do Açú região de maior concentração de trabalhadores na extração da cera de carnaúba, que permutavam as entre-safras com a extração do sal em Macau, Areia Branca e Mossoró.

[22] Djalma Maranhão - Prefeito de Natal em 1956 (nomeado). Novamente prefeito em 1960, eleito por voto direto. Na Prefeitura nos anos cinqüenta - implantou o Programa Municipal de "Escolinhas de Alfabetização", que veio a ser: "De pé no chão também se aprende a ler" (1961-64) - Ver sobre o assunto Moacyr de Goes, op. cit.

Labim/UFRN

Luiz Maranhão, irmão de Djalma, também foi ouvido. Os dois irmãos Maranhão eram, sem dúvida, os políticos com melhor trânsito nos sindicatos do Estado.

Djalma fez ponderações lembrando o trabalho que a Igreja vinha desenvolvendo no Estado e a validade de se procurar empenhar o SAR na promoção da sindicalização rural. "O pensamento político de Djalma Maranhão tem base no humanismo marxista, apesar de seu desligamento do PCB. Esta é a posição de 1946. Era também sensível ao humanismo cristão".[23] Fala ainda Moacyr de Goes do posicionamento de Djalma em defesa do socialismo, da classe operária, do nacionalismo econômico, do sindicalismo, da escola pública, etc.

Uma consulta nesse sentido, levada ao SAR nos últimos meses de 1959, foi aceita pelo movimento da Igreja. Durante algum tempo, leigos especializados em direito do trabalho e da confiança do presidente da instituição estudaram a sustentação legal do Decreto-Lei nº 7.038 - (1944) e da Portaria 14 (1945).

A Igreja pretendia apoiar a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, desde que estes pudessem ser reconhecidos pelo Estado, enquadrados na LEI.

---

[23] GOES, Moacyr de, op. cit. - p. 26.

Labim/UFRN

II - NA "PRÓ-SINDICALIZAÇÃO": A AÇÃO DIRETA

- Os atores eram os mesmos HOMENS: trabalhadores rurais - camponeses, lavradores...

- As falas eram centradas nos mesmos PROBLEMAS: Reforma Agrária, Proteção Jurídica aos trabalhadores do campo, Direito à livre organização.

- O contexto era o MEIO RURAL brasileiro, com os contornos específicos de cada Região, de cada Estado, de cada Município (com a diversidade de formas de organização de produção, das relações sociais de produção e de divisão social do trabalho, manifesta na organização capitalista e na organização familiar da produção).

- A ação na luta, porém, tinha estilos diferentes.

Era início da década de sessenta:

- No Rio Grande do Norte - I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, Natal 22 a 24.05.61.

- Em Minas Gerais - I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Belo Horizonte, 15 a 17.11.61.[24]

O SAR tinha iniciado, em 15 de julho de 1960, o trabalho de sindicalização rural, mostrando aos camponeses que, "conhecendo a realidade do meio rural e unido em sindicato, o homem do campo estaria preparando uma Reforma Agrária, na qual ele poderia dar sua participação ativa e colaborar para uma pronta solução dos problemas que tanto afligem o país".

---

[24] Esse congresso ficou conhecido como I Congresso Nacional de Camponeses.

Labim/UFRN

Um estudo sobre sindicalização rural no Rio Grande do Norte (no Nordeste) deveria:

a) Analisar as diferentes práticas dos movimentos camponeses do Rio Grande do Norte, destacando o papel dos sindicatos de trabalhadores rurais, face ao contexto sócio-político do momento – no Nordeste, no Brasil.

b) Situar no processo de sindicalização de trabalhadores rurais o assessoramento da Igreja[25].

c) Assinalar a atuação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CNSR) (do Estado) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG[26].

Neste ensaio, que deve apresentar o fenômeno de forma sucinta, tocaremos brevemente nesses três aspectos, fazendo os destaques necessários de contextualização.

Ao fazer a resenha sobre a sindicalização rural no Rio Grande do Norte[27] destaco que as linhas gerais do programa foram orientadas, na fase inicial, por uma equipe do SAR - o Setor de Sindicalização[28].

O Plano Pró-Sindicalização Rural resultou da ação

---

[25] Neste trabalho não fazemos, embora estejamos de acordo com o autor, a distinção entre "Igreja" (significando o mundo clerical) e os católicos organizados (significando os leigos), ver SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1979.

[26] Esta Comissão estava sob a responsabilidade da SUPRA e Ministério do Trabalho e será abordada neste ensaio, nos tópicos seguintes.

[27] Ver CALAZANS, Maria Julieta Costa. Sindicalização Rural no Brasil – Síntese de um movimento em marcha, Natal, SAR - 1962. (mimeo.)

[28] Subordinado à direção administrativa e supervisão técnica do SAR, o setor de Sindicalização funcionava com uma coordenadoria, uma secretaria e quatro serviços técnicos: formação e orientação sindical, politização, publicidade e serviço jurídico.

Labim/UFRN

conjunta dos trabalhadores em colaboração com o setor de sindicalização do SAR. Elaborado em assembléias e reuniões dos trabalhadores rurais teve sua primeira formulação em 1960, sendo posteriormente reelaborado em 1961 e 1962.

Lançada a campanha em julho de 1960, teve os primeiros sindicatos fundados nos moldes de Associações dos Trabalhadores Rurais (ATR) - Portaria 14 -, em 15 de novembro do mesmo ano. (Ver Atas da ATR de São José de Campestre, Nova Cruz, São Paulo do Potengi, entre outros).

O Plano foi desdobrado em cinco fases, tendo cada uma a duração de seis meses:

- julho a dezembro de 1960 - motivação e preparação de pessoal;
- janeiro a julho de 1961 - fundação de sindicatos;
- julho a dezembro de 1961 - organização de planos de ação (nas bases);
- janeiro a julho de 1962 - trabalho pró-investidura sindical;
- julho a dezembro de 1962 - campanha de politização.

As fases não foram estanques, nem ocorreram ao mesmo tempo nos vários sindicatos. O trabalho era vitalizado pela interação de diferentes atividades nas diversas fases, em vínculo natural com os demais programas de Educação de Base do SAR. A investidura ou reconhecimento sindical, na prática, foi antecipada, uma vez que ao final de 1961 a Igreja de Natal, intervindo junto aos Poderes Federais, já havia conseguido a obtenção de Cartas de Credenciamento para três sindicatos de trabalhadores rurais.

Os objetivos iniciais estão explícitos na Cartilha Sindical do Trabalhador Rural (1961):

- "ensinar e ajudar o trabalhador rural a procurar os direitos que ele tem, como pessoa e como operário;

Labim/UFRN

conjunta dos trabalhadores em colaboração com o setor de sindicalização do SAR. Elaborado em assembléias e reuniões dos trabalhadores rurais teve sua primeira formulação em 1960, sendo posteriormente reelaborado em 1961 e 1962.

Lançada a campanha em julho de 1960, teve os primeiros sindicatos fundados nos moldes de Associações dos Trabalhadores Rurais (ATR) - Portaria 14 -, em 15 de novembro do mesmo ano. (Ver Atas da ATR de São José de Campestre, Nova Cruz, São Paulo do Potengi, entre outros).

O Plano foi desdobrado em cinco fases, tendo cada uma a duração de seis meses:

- julho a dezembro de 1960 - motivação e preparação de pessoal;
- janeiro a julho de 1961 - fundação de sindicatos;
- julho a dezembro de 1961 - organização de planos de ação (nas bases);
- janeiro a julho de 1962 - trabalho pró-investidura sindical;
- julho a dezembro de 1962 - campanha de politização.

As fases não foram estanques, nem ocorreram ao mesmo tempo nos vários sindicatos. O trabalho era vitalizado pela interação de diferentes atividades nas diversas fases, em vínculo natural com os demais programas de Educação de Base do SAR. A investidura ou reconhecimento sindical, na prática, foi antecipada, uma vez que ao final de 1961 a Igreja de Natal, intervindo junto aos Poderes Federais, já havia conseguido a obtenção de Cartas de Credenciamento para três sindicatos de trabalhadores rurais.

Os objetivos iniciais estão explícitos na Cartilha Sindical do Trabalhador Rural (1961):

- "ensinar e ajudar o trabalhador rural a procurar os direitos que ele tem, como pessoa e como operário;

Labim/UFRN

- trabalhar pela aplicação de leis que tragam benefícios para a vida e para o trabalho rural; e pela mudança das leis que não se apliquem à época atual na vida do campo"[29].

A Cartilha foi calcada nas diretrizes da Igreja naquele momento: "Lutas por uma Reforma Agrária em princípios cristãos" (p. 40), "Reforma pela educação, nunca pela luta de classe" (p. 29).

Na dinâmica da prática, esses objetivos foram reformulados, com base num conjunto de princípios que nortearam a sindicalização rural dos trabalhadores do Rio Grande do Norte até os anos 63.

- "reforma e humanização da estrutura agrária brasileira;
- conscientização, politização das populações rurais e formação de líderes com base em princípios: educação de base, doutrinas sociais, econômicos, políticos, sindicais e cooperativismos;
- colaboração com os poderes na adoção de medidas cujos objetivos assegurem melhores condições de trabalho e favoreçam o desenvolvimento da organização social e econômica;
- esforço pela motivação, organização e expansão de sindicatos rurais dinâmicos, combativos, inspirados numa ideologia cristã revolucionária, distinta do capitalismo e do comunismo;
- numa síntese: representação, defesa e promoção integral do homem do campo"[30].

---

[29] CALAZANS, Maria Julieta Costa. Cartilha Sindical do Trabalhador Rural. Natal, SAR - 1961. 43 p.

[30] Ver CALAZANS, Maria Julieta Costa. Sindicalização Rural no Brasil. op. cit.

Labim/UFRN

Os princípios pretendiam dar conta de um processo de sindicalização que atendesse à orientação da Igreja, à qual o SAR pertencia. "Dar consciência profissional ao homem do campo, organizá-lo dentro da Lei em vigor. O que se deve por Justiça não se cumpre por Caridade. Deste modo, as relações entre proprietários e assalariados devem estar dentro da Lei e não dependerem da 'bondade pessoal'"[31].

E assim, esses princípios se constituíam em fundamentos da ação sindical:

- "respeitar a Lei Nacional do 'sindicato único', mas formar os sindicalizados nos princípios básicos da Doutrina Social Cristã e lutar pela reforma da Organização Sindical Brasileira;
- fazer do sindicato um instrumento útil da defesa e luta pela ascenção das populações rurais e nunca um meio negativista 'anti' , pessoas e idéias ou a serviço da 'luta de classe';
- valorizar o homem integralmente - aspecto natural e espiritual, condenando toda a forma de massificação, proletarização e desumanização do trabalho;
- colocar a economia em função do bem coletivo - o homem sujeito e não objeto da sociedade;
- fazer planejamento de ação e utilizar meios que primem pelo respeito aos fins de sindicalismo e da liberdade sindical;
- defender os direitos naturais da pessoa humana, sobretudo os direitos de liberdade e de propriedade e sustentar a defesa de suas legítimas reivindicações;
- levar o sindicato a ser um meio de politização do homem, tornando-o apto a participar da vida política do país"[32].

---

[31] Conforme Pronunciamento de Dom Eugênio Sales no I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, em 1961.

[32] CALAZANS, Maria Julieta Costa. Sindicalização - op. cit.

Labim/UFRN

Os instrumentos e meios de ação estão transcritos a seguir, extraídos de publicação que conserva bem a linguagem corrente na época no SAR (Ver CALAZANS, Maria Julieta Costa. Sindicalização Rural no Brasil, 1962).

"TÉCNICAS DE AÇÃO

Nos passos iniciais da sindicalização rural, ora em marcha no Rio Grande do Norte, foram utilizados os instrumentos de ação sindical:

Ação direta, através de:

- Mobilização das comunidades rurais;
- Reunião com vários tipos de pessoas no campo e na cidade;
- Campanha de esclarecimentos e formação de opinião pública;
- Comando de estudante, operário e trabalhador rural;
- Assembléia Geral;
- Mesa redonda;
- Ação Cooperativa.

Educação:

- Curso de formação técnico-social e liderança sindical de tipos diferentes e com períodos de duração os mais variados;
- Divulgação de normas e doutrinas sindicais - jornais, programas de rádio e publicações;
- Utilização de 'cantores', versos em rimas populares e outros meios característicos de folclore;
- Campanha para instalação de escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base;
- Semana de estudo, assembléia e congressos;
- Dramatização;
- Supervisão de pessoal treinado, através de rádio, jornal, contato pessoal, correspondência e reuniões de equipe;
- Emprego de recursos didáticos.

Labim/UFRN

Assistência

(Cada sindicato utiliza tipos de assistência que atendam melhor às necessidades do meio).

- Jurídica (único tipo de assistência prestada por todos os sindicatos);
- Médica;
- Dentária.

Política

- Na meta política está sendo aplicado o processo de politização com o objetivo de:
  . formar consciência crítica da realidade;
  . tirar o homem do marginalismo político e social, levando-o a atuar pela modificação das estruturas atuais.

Instrumentos de colaboração

- Em funcionamento precário num sindicato, em fase de organização nos demais, a 'Junta de Conciliação Rural'.

PROCESSOS DE AÇÃO

Fundamentada em princípios dinâmicos, a sindicalização rural é orientada para uma ação de base, utilizando a permanente formação de líderes e trabalho em equipe."

Labim/UFRN

III - DO PRIMEIRO CONGRESSO ÀS NOVAS NORMAS SINDICAIS

Sabe-se que o Rio Grande do Norte é responsável por ações educativas e práticas políticas que, no início da década de sessenta, emergiram no País e integram a história dos movimentos sociais que atualmente são reconstituídos.

Em 1961 o SAR, além da mobilização feita em todo o Estado do Rio Grande do Norte (através da Aquidiocese de Natal e Diocese de Mossoró e Caicó), propõe-se a apoiar a Igreja de outros Estados ao Nordeste e de outras Regiões do país no processo de organização dos camponeses em sindicatos.

Nessa época os trabalhadores e suas organizações sindicais, assessorados pela Igreja, recebiam formação estritamente pautada em posições emanadas do Episcopado. Assim, cursos, seminários, boletins eram preparados e transmitidos dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja.

Era uma forma de garantir a presença da Igreja no campo.

O I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, de 22 a 24.05.61, realizou-se concomitantemente à Concentração de Jovens Rurais, comemorando o 1º aniversário do Congresso Mundial da Juventude Agrária Católica - JAC.

Convocada pelos sindicatos de São Paulo do Potengi, Nova Cruz, Serra Caiada e São José de Mipibú e representantes de JAC, JOC e JUC da Arquidiocese de Natal, teve como objetivo a "promoção do homem do campo pela união da classe, dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja e leis de nossa Pátria".[33]

---

[33] Comissão Organizadora:
- João Emidio Sobrinho, Geraldo Paiva dos Santos, Miguel Pedro Salviano, Francisco Canindé da Silva Teixeira - pelas Associações Profissionais (sindicatos em organização) de Trabalhadores Rurais do Estado.
- José Candido - pela Juventude Agrária Católica (JAC)
- Olirio Miranda - pela Juventude Operária Católica (JOC)
- Marcos Guerra - pela Juventude Universitária Católica (JUC)

(Ver Carta - "Amigo Trabalhador Rural", s.d.)

Labim/UFRN

Os promotores do Congresso, além de várias outras formas de preparação, promoveram comemorações do Dia 1º de Maio em 22 municípios do meio rural do Estado, com a coloboração de militantes da JAC, JEC, JOC e da União Estadual dos Estudantes (U.E.E.). Falou-se na época que os comandos desse 1º de maio reuniram de 15 a 20 mil camponeses.

Os documentos que registram a preparação, a realização e a avaliação do congresso são fundamentais para a compreensão do movimento social dos camponeses, que começava a criar consistência.

Escreve-se na carta-convite aos trabalhadores que "cada pessoa deverá trazer rede e lençol", e, durante o Congresso - num fato que retrata o quanto os homens do sertão estavam distanciados do litoral -, alguns camponeses foram conhecer o mar. As Conclusões, Sugestões e Proposições do Congresso, versando sobre Legislação Trabalhista, Sindicalização Rural e Reforma Agrária, publicadas em A Ordem (3 e 4.06.81), incorporam, como Princípios e Proposições a serem preservados e defendidos:

- a "paz entre os homens", o "ensinamento de doutrina social", a "união entre proprietários e moradores" a "luta pelos direitos dentro da ordem e da união".

- Na forma de Proposições, defende-se o "direito à previdência social, adaptada ao homem do campo" e o "incentivo ao associativismo rural, respeitando as normas da nossa formação cristã", apela-se "ao Governo e aos proprietários por mais terra para a agricultura dos que não são proprietários"; fazem-se declarações contrárias "ao comunismo e aos erros do capitalismo que se manifestam injustos, contra o trabalhador"; manifesta-se preocupação com "idéias contrárias aos princípios democráticos e cristãos que dificultam a promoção do homem rural"; prega-se solidariedade a todos os trabalhadores do mundo inteiro que sofrem injustiças sociais".

O momento da Igreja era de "mudanças sociais". Proclamava-se ela "sem nenhuma vinculação com as situações injustas" e co

Labim/UFRN

locava-se "ao lado dos injustiçados, para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção" (Declaração de Campina Grande, 1956); declarava ainda que "ajudar a firmar a Ação Católica Rural é assegurar ao meio rural mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista" (Declaração da Comissão Central da CNBB em julho de 1962).

Mas nos documentos do Congresso lê-se: "união de classe" e "luta pelos direitos". Sente-se que, falando em classe, o camponês fala em luta e ao falar em luta está falando de classe organizada. Naqueles dias de Congresso constatava-se que, para eles, a luta era necessária, era possível, mas ainda não era real. Faltava "decisão", isto é, faltava a opção de muitos pela organização. No Boletim de convocação para o 1º de maio de 1961, feito pelos próprios camponeses, percebe-se mais forte a presença da classe que se organiza, que se constrói: "TODOS UNIDOS - estamos aprendendo a confiar em nós mesmos. Estamos despertando os políticos e todos os brasileiros para a situação do meio rural. Conseguimos novas leis que garantem nossos direitos".

No mundo, a mensagem do Pontífice com diretrizes específicas sobre o meio rural: "Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns aos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais ...Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidades de chamarem sobre si as atenções, e muito menos de se fazerem atender" (Papa João XXIII Carta Encíclica Mater et Magistra - 156 - Texto Vaticano).

No Brasil a Comissão Central da CNBB reúne-se em outubro daquele ano, e, apoiada na Encíclica, toma posição sobre as mudanças necessárias na sociedade rural e nas estruturas políticas.

A expansão da iniciativa de Natal não se fez por milagre. Logo em 1961 a CNBB em Declaração sobre "A Igreja e a situação do meio rural brasileiro", faz recomendações especiais sobre a sindicalização rural, dizendo que a "experiência iniciada no Nordeste, de formação de líderes para a sindicalização rural, é

Labim/UFRN

digna de ser estendida a todos os outros centros rurais".[34]

E assim, em todos os Estados nordestinos começaram a surgir os sindicatos camponeses sob os auspícios de "serviços", "grupos de assessoramento" ou outras formas institucionalizadas que se organizavam nas Dioceses. Em alguns Estados os camponeses foram mobilizados para a sindicalização pelo MEB.[35] Em outros Estados os Círculos Operários[36] foram co-participantes desta ação.

No Nordeste os principais organismos de assessoramento eram diretamente vinculado aos planos dos Secretariados de Ação Social das Dioceses:

- Equipe de Sindicalização do SAR, Rio Grande do Norte, com início de trabalho em 1960;

- Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), Pernambuco, início de atividades em 1961 (manteve também vinculações com os Círculos Operários);

- Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL), Alagoas, com atividades iniciadas em 1962 (mantinha vinculações com os Círculos Operários);

- Equipe de Sindicalização da Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Terezina, Piauí, com início de trabalhos em 1961;

---

34 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. Rio de Janeiro, CNBB 109-110, novembro/dezembro 1961.

35 Movimento de Educação de Base pelo rádio, através de escolas radiofônicas orientado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País). Criado pelo Decreto 50.370/61 do Presidente Jânio Quadros.

36 Círculos Operários - Instituição de assistência e organização operária criada no Brasil nos anos 1935/36 por padres Jesuitas. Manteve centros de atividades em todo os Estados do Brasil, sobretudo, para os trabalhadores urbanos. A "Confederação Nacional dos "Círculos Operários", foi por vários anos filiada a Confederação Nacional dos Sindicatos Cristãos (CISC) e representante deste organismo internacional sindical, para todo o Brasil. Em 1963 a "Confederação dos Círculos Operários" transformou-se em "Confederação de Trabalhadores Cristãos".

Labim/UFRN

- Equipe de Sindicalização Rural da Paraiba, cuja maior sustentação era dada pelos Círculos Operários, teve início em 1961;

- Foram criadas e mantidas sob os auspícios do MEB as equipes de Sergipe (1961), Maranhão (1962) e Bahia (1962).

No programa de formação o MEB prestava apoio a quase todos os Estados.

Estas equipes e organizações realizaram uma incipiente integração nas regiões através de uma "Coordenadoria" que funcionava oficialmente, nos Planos da Igreja Católica. Esta coordenadoria estava integrada, em âmbito nacional, a um sistema do mesmo gênero: a "Articulação Nacional", com séde no Rio de Janeiro.

Atendendo ao apelo de João XXIII, em abril de 1962 a V Assembléia Geral da CNBB aprova o Plano de Emergência para a Igreja do Brasil. A segunda parte do Plano a CNBB examina "o que vem fazendo através do Movimento de Educação de Base (MEB), das Frentes Agrárias e do trabalho de Sindicalização Rural, da Formação de Líderes e da Aliança Eleitoral para a Família". Às autoridades, afirma a CNBB, "incumbe deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se, através de sindicatos, na direção das greves de protestos que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva".[37]

No Rio Grande do Norte, o SAR concentrava esforços na sindicalização dos trabalhadores rurais no Estado. Seu apoio a grupos de outros Estados àquele momento (1º semestre 1962) era mais esporádico, uma vez que havia equipes de assessoramento da Igreja por todo o país - Frente Agrária Gaucha-FAG (Rio Grande do Sul); Frente Agrária Paulista - FAP e Círculos Operários (São Paulo) e grande parte do movimento sindical era assessorado pelo MEB, através da "Articulação Nacional" e de "Coordenadorias Regionais".[38]

---

37 CNBB, Plano de Emergência para a Igreja do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco, 1962. Neste Plano de Emergência está explícito que "De acordo com o que foi sugerido pela Santa Sé, seria dada atenção especial a uma Parte Pastoral e a uma Parte Econômico Social.

38 Ver Calazans - Sindicalização Rural no Brasil, op. cit.

Labim/UFRN

A Federação de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte (FTRRN) foi fundada em 15.06.62 congregando 36 sindicatos, sendo oito já reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, com base no antigo decreto dos anos quarenta, já citado. Instalou-se a seguir em sede própria, onde os camponeses passaram a discutir seus problemas de classe. Foi seu primeiro presidente eleito José Rodrigues Sobrinho.

Mas os tempos eram também de avanço da legalização. Em 25.06.1962 é assinada pelo ministro André Franco Montoro a Portaria 209A, "atinente à organização e reconhecimento das entidades sindicais rurais". Em 20.11.62 são assinadas pelo ministro João Pinheiro Neto a Portaria nº 335A, "referente à organização e reconhecimento das entidades sindicais rurais",e nº 336A, instruindo sobre "eleições para os cargos de administração e representação nos sindicatos rurais". Essas Portarias nasceram dos mesmos princípios jurídicos sobre os quais se fundamenta o sindicalismo "único" brasileiro. Instruem e referendam o Decreto Lei nº 7.038,que instituiu a sindicalização rural em 1944. Além de serem inadequadas à realidade a que se destinavam, reforçavam as normas da "não autonomia", da "burocratização" e do "diretivismo estatal" nos sindicatos. Nelas encontramos, como em outros dispositivos legais pertinente à sindicalização exigências do tipo: "atestado de boa conduta firmado por autoridades" para os candidatos à direção do sindicato; "necessária aprovação de orçamento - receita e despesas - anual da entidade pelo Ministério do Trabalho"; existência de "estatuto padrão"; "proibição de filiação dos sindicatos a organismos internacionais" - e outros requisitos dessa ordem que atavam os organismos de bases camponesas - ainda em embrião - aos sistema burocrático do trabalhismo nacional.[39]

A sindicalização formava, dia após dia, grupos de camponeses que haviam optado por assumir posições radicais na defesa de transformações estruturais. Havia também os que seguiam, com convicção, palavras que os conclamavam para a união, a solidariedade, a luta por libertação em termos pacíficos.

---

[39] CALAZANS, Maria Julieta Costa. Le Syndicat paysan comme instrument institutionnel de participation - le cas du Nordeste du Brésil - Paris, 1969.

Labim/UFRN

Assim, nas horas de pressão, expulsão, morte, a radicalização crescia e se alastrava, acabando por atingir toda a classe. Passados os primeiros momentos, abafada a calamidade pelo poder econômico dos "coronéis", pela opressão da força policial, pela acomodação dos acordos legais ou outras dessas formas de opressão e anestesiamento, grande parte voltava para o trabalho sem maiores compromissos com o movimento, com as lutas que começavam a preocupar o(s) dominador(es).

Esse clima foi uma constante nos sindicatos camponeses apoiados pela Igreja, sobretudo nos anos de 1961 e 1962.

A situação descrita a seguir evidencia estas afirmativas.

- "Sindicato rural de Piquirí fomentou clima de solidariedade cristã - o povoado de Piquirí, localizado no município de Canquaretama, Rio Grande do Norte, tornou-se por demais conhecido em nosso Estado pelas explorações de que foi palco por conta da ação de elementos agitadores, que se aproveitando da situação de miséria dos rurículas ali residentes, tentaram lançar idéias subversivas. A reportagem de A Ordem manteve contato com o Dr. (proprietário)... que, atendendo ao apelo dos Sindicatos Rurais, tomou medidas preciosas e objetivas favorecendo grandemente os habitantes da localidade interiorana". Depois de se referir ao HISTÓRICO o repórter passa a descrever a AÇÃO DESENVOLVIDA para solucionar a crise. "Falando a respeito das medidas tomadas acrescentou Dr. (proprietário)...: o Diretor Presidente da Usina... compreendendo as razões de justiça social que determinavam o respeito às justas pretensões da comunidade em formação, foi ao encontro da população da vila ameaçada e garantiu a propriedade do chão em que os moradores haviam construído suas casas. Aquela situação de desespero desapareceu definitivamente... A decisão da direção da Usina de doar aquelas terras aos habitantes estabeleceu o clima de tranqüilidade de que tanto careciam para o seu desenvolvimento pacífico. A população de Piquirí pôde respirar aliviada. Estavam assegurados os direitos do seu trabalho. Para a decisão do proprietário da Usina contribuiu decididamente o clima de solidariedade e de compreensão das relações entre proprietá-

Labim/UFRN

rios rurais e moradores do campo, criado pelo trabalho que vem sendo desenvolvido no Estado - trabalho animado do melhor zelo apostólico pela figura do Sr. Bispo... O desfecho do caso de Piquirí é bom exemplo do que se pode realizar no plano das relações entre patrões e operários e entre proprietários e camponeses, desde que se instaure um clima de compreensão cristã dos deveres sociais inspirados na Doutrina Social da Igreja... Dando sua opinião acerca do vitorioso movimento de sindicalização rural lançado pela Igreja no Rio Grande do Norte, declarou o Dr. (proprietário)...: acredito que uma das forças mais eficientes de restauração da justiça social nas fazendas e nos campos é a arregimentação dos trabalhadores rurais em associações que se organizam para defesa dos seus interesses. Somente arregimentados pacificamente para defesa de suas prerrogativas, na disposição de opor à injustiça a resistência organizada de modo responsável, evitando-se a violência e as resoluções predatórias, mais firmados na compreensão cristã, não apenas dos seus deveres, mas também de seus direitos é que os trabalhadores campesinos poderão realizar a grande restauração da harmonia social cristã, numa área de atividade de que o Cristo parece ter sido banido". O repórter afirma que o desespero dos camponeses desapareceu ante a promessa do proprietário (doação do chão em que os moradores haviam construído suas casas), promessa que, até 1970, não havia sido cumprida.

A equipe de sindicalização - nos intervalos dos encontros nos roçados, nas paróquias, nos sindicatos rurais do Rio Grande do Norte, nas viagens dentro do Nordeste, ao Sul, ao Norte - tinha que ativar e acelerar a manipulação burocrática dos pedidos de credenciamento sindical, engendrando documentos legais que fundamentassem os processos a serem levados ao Ministério do Trabalho, na capital federal.

Desse formalismo penoso e congestionante os camponeses pouco participavam. Em suas passagens por Natal para angariar informações, conversar com os advogados, fazer frente com outros companheiros às lutas que explodiam nos campos, olhavam os papéis, sentiam o peso dos pacotes.

Também não sabiam quase nada sobre o custeio do seu movimento - quem estava "pagando" para a sua promoção.

Labim/UFRN

As informações disponíveis registram alguns fatos úteis, nos dias atuais, para o resgate da memória dos movimentos sociais no campo no Rio Grande do Norte, Nordeste, Brasil.

Os recursos para a realização desses programas eram providenciados pelas Dioceses e Paróquias. Além dos recursos próprios, as Dioceses recebiam colaborações do Serviço Social Rural (SSR), da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) e de outros organismos nacionais. Além disso, ajudas financeiras foram prestadas pela Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (CISC) e sua filiada na América Latina - a Confederação Latino-Americana de Sindicalistas Cristãos (CLASC). Relatórios do Serviço Social Rural fazem referências ao assunto. Sobre o Serviço de Assistência Rural (SAR), da Arquidiocese de Natal, informa que: "a) tem organizado cursos de treinamento de líderes desde 1959; b) os cursistas, todos do sexo masculino, são trabalhadores rurais selecionados pelos vigários e pessoas que trabalham nos Serviços Paroquiais, no meio rural; c) o pessoal treinado fica vinculado ao Setor de Sindicalização do SAR que acompanha as atividades aos sindicalizados através de programas radiofônicos, jornal, visitas e correspondência". Esse documento do Serviço Social Rural transcreve "trecho do relatório do Embaixador Mervin Bohan, chefe da delegação norte-americana encarregada de, em cooperação com o Governo Brasileiro, fazer executar o programa da "Aliança para o Progresso". "No Rio Grande do Norte o Serviço de Assistência Rural (SAR), desenvolve, no presente, cursos para formação de líderes sindicais. O Bispo espera muito confiante poder estender esses serviços a outras partes do Nordeste, e tem requerido a assistência dos EE.UU. para a matéria impressa do SAR e as cooperativas de crédito que financiam a construção de habitações para os operários. Com o fito de dar assistência a este e outros esforços democráticos nascidos no meio trabalhista deverá ser fornecido subsídio dos EE.UU. para os seminários de líderes sindicalistas, máquinas de escrever para as atividades sindicais, mimeógrafos, veículos e treinamentos dos líderes sindicalistas nos EE.UU. e em outros países latino-americanos. Para avaliar a extensão e o tipo de assistência nesse setor, recomendamos o estabelecimento de um consultor técnico dos EE.UU. na zona" (Diá

Labim/UFRN

rio do Congresso Nacional - Seção I - Brasília, 19 de maio de 1962, p. 2.494).[40]

Com relação às propostas de ajuda da Aliança para o Progresso para os programas de treinamento no meio rural do Nordeste, cabe reproduzir trechos do relatório do embaixador especial Mervin Bohan (publicado no Diário do Congresso Nacional - Seção I - p. 2493 e 2494 - Brasília, 19 de maio de 1962). "Elaborando sobre este programa, a Aliança para o Progresso, poderia sustentar o estabelecimento de escritórios de trabalho em pelo menos 14 municípios pernambucanos, bem como em 4 municípios paraibanos e em 2 alagoanos. Como contribuição direta a Aliança para o Progresso poderia fornecer uma grande barraca, que serviria não somente como escritório do Delegado do Trabalho, mas também para alojar dependências, tais como o Serviço de Saúde Pública (SESP), para o cuidado da população rural, cursos de extensão agrícola e do lar (ANCAR), que tratam das medidas básicas de higiene, saúde e problemas alimentares, melhoramento dos métodos de lavoura e técnica de horticultura, aulas de ensino básico, e um centro social para a população rural, de projeção de filmes educativos e recreativos. É esta razão a que nos move a propor, em nosso programa a curto prazo, o estabelecimento de centros locais na zona açucareira e possivelmente em algumas áreas urbanas. Visualizamos a previsão de locais para reuniões (barracões com os emblemas da Aliança para o Progresso) que ofereçam uma expressão palpável da preocupação pelo bem-estar dos trabalhadores. Esses centros poderiam ceder locais para reuniões operárias e permitir a formação de autênticas organizações trabalhistas. Poderiam tornar-se, estes locais, em sede dos Delegados do Trabalho, do Governo, os quais não ouviriam apenas os reclamos dos trabalhadores, mas procurariam os remédios oportunos. Em adição às medidas de curto prazo, temos prestado igualmente nossa atenção ao problema mais básico de assistir aos elementos entre os trabalhadores agrícolas e industriais, para que se congreguem em organizações trabalhistas mais constantes, como único meio de combater a influência não democrática nesse muito instável setor da sociedade. Um de nossos mais

---

40 BRASIL. Serviço Social Rural - Divisão Técnica. Arregimentação do Trabalhador Rural. Rio de Janeiro, 1962. 20 p., p.7,8. Relatório mimeografado.

Labim/UFRN

promissores esforços a este respeito foi feito pela Igreja Católica".[41]

Quase um século depois (1882-1962), é atual a reflexão: "É certo que servidão e escravidão não são formas especificamente medievais, achamo-las por todas as partes ou em quase todas onde conquistadores tiveram terras cultivadas para eles pelos velhos habitantes" (Engels a Marx, 22 de dezembro de 1882).[42]

No campo, os trabalhadores começavam, através dos sindicatos a esboçar suas lutas, que iriam refletir suas formas de sobrevivência. Após três anos de arregimentação, um quadro novo refletia as raízes da história das organizações operárias, vivenciadas em décadas passadas, em outras partes do mundo.

Os grupos se organizavam fora ou dentro dos sindicatos, contanto que fosse nas suas bases locais. E assim, lutas concretas mantidas por meses e meses, algumas vezes sem perspectiva de sustentação, traduziam formas próprias de como os camponeses tratavam suas questões estruturais. Essas formas próprias de atuar no interior das organizações no processo produtivo "problematizavam" as relações de trabalho, explicitavam novas estratégias de organização de classe. Assim, a organização dos trabalhadores rurais (sindicatos) atuava como força social, em condições históricas específicas, assumindo desdobramentos de lutas com perspectivas ideológicas que iriam repercutir em movimentos sociais no campo. Certamente essas formas de organização - sindicatos de trabalhadores rurais - privilegiavam lutas com características, com identidade ideológica condicionadas e condicionantes historicamente, desenvolvidas na relação com as estruturas de poder a que estavam submetidas.

Começava-se a perceber que "devido a uma certa cegueira crítica, mesmo as melhores inteligências falham completamente,deixando de ver coisas que estão à frente de seus narizes" (Marx e Engels, 25 de março de 1868).[43]

---

41 BRASIL. Serviço Social Rural - Divisão Técnica. op. cit., p.8-9.

42 MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. (Introdução de Eric HOBSBAUM. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.136.

43 MARX, Karl. op. cit., p.129.

Labim/UFRN

IV - ATÉ O (S) PRIMEIRO (S) DIA (S) DE ABRIL DE 1964

No Rio Grande do Norte, como em outros pontos do Brasil, as questões de classe ora explodiam em lutas, ora eram soterradas por forças vindas de diferentes direções.

Os jornais da época são as melhores testemunhas:

- "Chefes políticos do interior expulsam trabalhadores rurais" (A Ordem, Natal, 22.11.62).

- "Grilheiros assassinam posseiros de Cascavel" (Ceará) - (Diário do Ceará, 24.08.62).

- "Violências partem dos proprietários e não dos camponeses" (A Ordem, Natal, 26.01.63).

- "Mais um camponês assassinado pelos latifundiários: Alagoas" (Novos Rumos, 30.08.62).

- "Exército caça agitadores e armas em todo o Nordeste" (notícias sobre morte do camponês João Pedro, do Sapé) (Diário Carioca, Rio de Janeiro, 12.04.62).

- "Sociedade dos proprietários não deve combater camponeses" (Correio da Paraíba, 27.04.62).

- "Fracassa a manobra comunista de cassar sindicatos rurais" (Renovação Social, Rio de Janeiro, julho de 1963).

- "Chefes políticos desempregam trabalhadores por terem votado livremente" (A Ordem, Natal, 27.11.62).

- "Chico Romão (Coronel Chico) foi morto a tiros ontem em Salgueiro" (Jornal do Comércio, Recife, s.d. início de 1964).

Labim/UFRN

- "CRB de acordo com carta de direitos do camponês" (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19.05.62).

- "Dom Mário: a fome e a miséria despersonalizam o homem" (Jornal da Bahia, Salvador, 18.04.62).

- "Exército (IV) diz que as ligas não são problema" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25.04.62).

- "José Américo adverte sobre o perigo das Ligas Camponesas" (O Globo, Rio de Janeiro, 01.06.61).

- "Jânio facilitou congresso de camponeses" (A Ordem, Natal, 27.05.61).

- "Juraci prepara chacina de camponeses em Belmonte" (Novos Rumos, Rio de Janeiro, 10 a 17.08.62).

- "Franco Montoro recebeu os dirigentes sindicais da esquerda, centro e direita" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21.09.61).

- "ULTAB conclama os camponeses à luta: apoio ao comando de greve e ocupação de terras dos latifúndios" (Novos Rumos, Rio de Janeiro, 14 a 20.10.62).

- "Técnicos e Bispos estudaram problemas do nosso nordeste" (Vida Rural, Natal, março, 1962).

- "Padres em luta por camponeses" (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 07.02.63).

- "Sindicalização prepara o terreno para a mudança de estrutura" (O Poti, Natal, 06.02.62).

- "Sindicatos rurais têm personalidades jurídica" (Diário de Natal, Natal, maio de 1962).

- "Reunião dos sindicatos rurais para avaliação e planejamento" (A Ordem, Natal, 15.12.62).

Labim/UFRN

- "Rio Grande do Norte vai aplaudir a legislação para os homens do campo" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24.05.62).

- "Ministro do Trabalho anunciou em Natal a legalização do sindicalismo rural" (Vida Rural, Natal, março 1962).

- "Milhares de trabalhadores rurais nas concentrações do interior do Estado" (A Ordem, Natal, 01.05.62).

- "Ligas vão ser convertidas em sindicatos" (Jornal do Comércio, Recife, 21.09.62).

- "Latifundiário manda incendiar moradia de pescador: despejo" (Correio do Ceará, Fortaleza, 06.09.62).

- "Latifúndio comanda o cangaço na Paraíba, líder camponês assassinado pelas costas" (Novos Rumos, Rio de Janeiro, 13 a 19.04.62).

- "Latifúndio de Pedro Velho desafia a justiça e a autoridade" (A Ordem, Natal, 07.04.64).

Segundo o insuspeito estudo do CIDA[44], concluído na década de sessenta, o latifundismo é um sistema de poder e sua organização, como a de qualquer outra instituição autoritária, está destinada a assegurar que o poder quase absoluto dos proprietários, não seja perturbado. "Como expressão da reação, o latifúndio tem sido identificado como uma das forças mais poderosas para a manutenção do status quo"[45].

---

[44] CIDA - Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola, constituído por: OEA, BID, FAO, CEPAL, IICA; criado no dia em que foi aprovada a Carta de Punta Del Este. Desenvolveu no Brasil o estudo "POSSE E USO DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO SETOR AGRÍCOLA". Ver CIDA, Brasil, s.d.

[45] Ver Gomes da Silva, José, que trata do documento do CIDA em seu livro A Reforma Agrária no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 151.

Labim/UFRN

No Rio Grande do Norte, com 90% do território inserido no polígono das secas, o poder organizado é controlado pelos proprietários da terra. Estes decidem sobre o "direito de votar e serem votados". "A população trabalha para produzir bens e valores, destinadas à exportação". "Grupos de outras áreas ou regiões detêm o poder político e econômico"[46].

Falando, em 1982, em "nome do trabalhador rural" Manoel da Conceição destaca: "os proprietários querem desenvolver a agricultura, mas sem distribuir a terra";..."Devemos encarar a estrutura agrária como uma parte da estrutura do capitalismo nacional e internacional neste País; é uma parte dela que se estende ao campo"[47].

A Encíclica Pacem in Terris chega, na Páscoa de 1963, para balizar os espaços de mudança sócio-político que se anunciavam. "Devido à urgência de certas contingências, numa situação social infra-humana, a Igreja, como instituição, viu-se chamada a intervir, diretamente, a título supletivo, em certas áreas da ação temporal" (Declaração da Comissão Central, em abril de 1963).

E neste ponto, seria necessário parar para refletir sobre a repercussão das contradições sociais e políticas vividas pela Igreja (e, escreva-se também, pelos católicos), sobre os movimentos sociais, cujos atores estavam, em 1963, mais conscientes do seu papel no processo histórico[48].

O sindicalismo rural foi, sem dúvida, o trabalho desenvolvido pelo SAR que gerou mais fortes contradições no conjunto do trabalho realizado pela Igreja no Rio Grande do Norte.

---

46 Ver Correa de Andrade. A produção do Espaço Norte-Rio-Grandense - Natal, Editora Universitária, 1981. 43p.

47 In: Reforma Agrária: Significado e viabilidade. (Coordenação Abdias Vilar de Carvalho e Maria da Conceição D'INCAO. Petrópolis VOZES/CEDEC, 1962 p. 93 a 99.

48 Ver a respeito do assunto entre outros Souza Lima, Luiz Gonzaga. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979, 266p.

Labim/UFRN

Os trabalhadores passaram a compreender melhor a realidade, os conflitos sociais, o subdesenvolvimento, as reformas de base e a força política da educação para as transformações sociais, após o processo de CONSCIENTIZAÇÃO - POLITIZAÇÃO do MEB (1962). "Mesmo que no discurso (mais de Natal), diz Wanderley, se defendesse a idéia da obtenção da harmonia social entre os grupos e classes sociais, o processo conscientizador politizador executado tornava manifesta a existência de interesses de classe antagônicos.."[49].

Estimulados pela conscientização politização os camponeses puderam ver com mais clareza as questões de ordem doutrinária e ideológica. Eminentemente educativo, o MEB constituiu equipes conscientes da realidade nacional e capacitadas para transmitir os fundamentos da Doutrina Social da Igreja. Os camponeses que recebiam formação e privavam da militância dos "politizadores" do MEB partiam para tomadas de posição, cujo conteúdo revolucionário tornava-se mais explícito. O processo de conscientização politização aplicado pelo MEB foi decisivo para que grande parte dos camponeses sindicalizados passassem a perceber a posição dos diferentes grupos de cristãos ("conservadores", "moderados", "radicais") e tivessem posição mais lúcida, no terreno da ação, quando se defrontavam com companheiros de outros movimentos de camponeses, vinculados a organizações com diferentes orientações ideológicas. As equipes do MEB foram, sem dúvida, responsáveis pela radicalização do movimento camponês orientado pelo SAR. Fato positivo, sobretudo, na definição de posições contra o confessionalismo sindical. O camponês, culturalmente adepto de princípios de religiosidade, poderia ser inclinado a sentir o sindicato como um poder superior, capaz de solucionar os seus problemas econômicos, sociais, etc. Muitos deles, por exemplo, imbuíam-se da convicção de que somente o "sindicato cristão" poderia resolver os problemas afetos às suas lutas - (questões de divisão social do trabalho, conflito e organização de classe, entre outros).

---

49 Ver Wanderley, Luiz Eduardo W. Educar para transformar. Educação de Base - Igreja Católica - Política no Movimento de Educação de Base (MEB) - 1961 - 1965. Tese Doutorado. São Paulo, 1982.

Labim/UFRN

O Governo João Goulart cria, através da Lei Delegada nº 11 (outubro 1962)[50] a Superintendência de Política Agrária (fusão do SSR, e INIC). O Estado atribui a esse órgão, como uma de suas funções, a de promover a organização de associações e sindicatos de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, inclusive cooperativas, nos núcleos agrícolas.

A criação da SUPRA em 1962 mudou os rumos da sindicalização dos trabalhadores rurais em todo o país, tendo forte repercussão no Rio Grande do Norte.

Faz-se necessário assinalar os eventos e os novos instrumentos do Estado - que introduziram modificações de ordem legal nos movimentos de trabalhadores rurais em âmbito nacional para poder situar seus impactos nas organizações de base.

No segundo semestre de 1962 e em 1963 o governo federal estava "comprometido com os camponeses" na reformulação da política agrária. Em novembro de 1962 o ministro do trabalho lança as bases oficiais da nova sindicalização rural: "O Governo tem o firme propósito de estender aos trabalhadores rurais o amparo mínimo da legislação trabalhista, de que já dispõe o trabalhador urbano. O Brasil está sufocado pela miséria dos campos. Como pretender que a indústria nacional adquira consciência e possa emancipar-se definitivamente, se nos campos vegeta uma população de miseráveis que ainda não atingiu os padrões mínimos de consumo que o desenvolvimento do país exige? É preciso incorporar o trabalhador rural ao pleno e definitivo usufruto dos privilégios da civilização industrial..."[51]

---

50 SUPRA, criada pela Lei Delegada nº 11, de 11.10.62 e regulamentada pelo Decreto nº 1878-A de 13.12.62, do Presidente João Goulart.

51 Ministro anunciará amanhã as bases da sindicalização rural. Diário de Natal. Natal, Rio Grande do Norte, 18.11.1962.

Labim/UFRN

A SUPRA abre o ano de 1963 formando o seu Conselho Deliberativo, do qual deveriam participar associações de classe de agricultores sem terra, de pequenos e médios proprietários rurais e de assalariados do campo, indicados pelas organizações: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Ligas Camponesas, Federações das Associações de Agricultores sem Terra e das Federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

O Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPRO), tinha como uma de suas competências: incentivar e promover a organização de associação de agricultores sem terra e de pequenos e médios proprietários, bem como, em colaboração com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, sindicatos de trabalhadores rurais, proporcionando-lhes assistência técnica e financeira.

Em 02 de março de 1963 é promulgada a Lei nº 4.214 - Estatuto do Trabalhador Rural.

Em fins do primeiro semestre de 1963 surge a "Comissão Nacional de Sindicalização Rural", nascida de um convênio entre a SUPRA e o Ministério do Trabalho. Essa Comissão, composta de oito membros era integrada por dois camponeses cuja participação foi efêmera).

Duas metas básicas centralizavam o trabalho da Comissão: Fundação de Sindicatos e Realização de Planos Integrados em áreas específicas. A primeira traduziu-se no propósito de "estimular" a fundação de 1.700 sindicatos de camponeses num prazo de um ano. A segunda seria realizada através de levantamento das relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical e outros investimentos sociais que atendessem às reivindicações das populações camponesas, sobretudo as do âmbito do direito civil e do direito trabalhista.

Falando sobre as novas metas governamentais a serem introduzidas no campo, declarava o ministro do trabalho em dezembro

Labim/UFRN

de 1962: "Medida governamental de natureza política, jurídica e econômica a sindicalização do trabalhador rural se impunha como decorrência natural do processo de desenvolvimento do país. Do ponto de vista jurídico a sindicalização rural é a complementação da obra iniciada por Vargas no campo do direito social. Já na exposição de motivos da Consolidação das leis do Trabalho, de 1943, se falava na própria sindicalização das classes rurais. E na inclusão, com vista a esse fato, de um representante do Ministério da Agricultura na Comissão de Enquadramento Sindical, conforme o explica aquela mesma exposição de motivos que, em seu item 73 já previa a extensão, aos trabalhadores rurais, da proteção tutelar do Direito do Trabalho. As medidas governamentais são ali delineadas, em seu desdobramento natural desde a sindicalização, ponto de partida para a futura igualdade final de todos os direitos laborais. Quanto ao aspecto político da sindicalização rural, trata-se da incorporação, à nacionalidade, de 38 milhões de habitantes, mais da metade da população do país, que labuta nos campos em regime de semi-escravidão[52].

Essas normas governamentais colocavam em mãos dos camponeses, mais uma vez, instrumentos que eles não estavam preparados para manejar.

Os movimentos camponeses passaram a intensificar seus programas de formação, numa tentativa de permitir ao camponês entender a nova política agrária que surgia.

- No "Manifesto dos Dirigentes Sindicais Rurais", conclusão de encontro realizado no Recife[53] em novembro de 1962, dirigido às autoridades do país, os representantes se propõem "lutar através de meios legais". O campesinato Nordestino estava reivindicando transformação da estrutura agrária, mas o Encontro foi dedicado, principalmente, à institucionalização dos organismos sindicais. Durante o Encontro, os dirigentes camponeses estudaram e

---

52 Sindicalismo do Campo virá precipitar Reforma Agrária. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 01.12.1962.

53 Promovido pelos sindicatos assessorados pela Igreja no Nordeste.

Labim/UFRN

prepararam a organização da (futura) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que reuniria mais de 120 sindicatos e arregimentaria cerca de meio milhão de camponeses, em todo o país. Os processos para reconhecimento das Federações e de Sindicatos Rurais estavam em andamento no Ministério do Trabalho. Os dirigentes mantinham-se confiantes que receberiam do ministro do Trabalho, no encerramento do Encontro, os papéis de reconhecimento das Federações. Todavia, apesar do telegrama presidencial de apoio ao Encontro, o credenciamento das Federações não ocorreu naquele momento.

Com o apoio do Movimento Renovador Sindical e do Sindicato de Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna foi realizado o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, de 10 a 13.05.62, em Itabuna - Bahia. No temário para discussões: Estatuto Jurídico do Homem do Campo; Instituto de Aposentadoria e Pensões para o Homem do Campo, Lei de Acidentes; Sindicalização rural; e a SUDENE e o homem do campo. As reivindicações mais expressivas publicadas nas conclusões referiam-se a férias remuneradas, estabilidade de trabalho, melhoria salarial e a "melhoria de condições de vida dos trabalhadores assalariados". Preparando o Congresso o vice-presidente do Movimento de Renovação Sindical e membro da Diretoria do Sindicato de Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna divulgou uma plataforma de ação intitulada: "Líder dos trabalhadores Rurais fala sobre Previdência Social"; documento publicado no Correio Sindical de 20 de fevereiro de 1962, em São Paulo.

No Rio Grande do Norte a Federação dos Trabalhadores e seus sindicatos filiados iniciam a luta pela maior autonomia do SAR. Ao mesmo tempo, somam-se lutas provocadas pelos "coronéis" e, ainda, contra as manipulações dos chefes políticos locais. Travaram-se questões no campo em vários municípios o que leva a Federação e 38 sindicatos a dirigir mensagem ao governador do Estado (Rio Grande do Norte), da qual o recorte a seguir destaca estas referências a lutas sociais: "muitos patrões estão ameaçando de morte trabalhadores e arrendatários"; "tudo como represália à nossa iniciativa de querermos organizar a classe". "É evidente que, na luta entre patrões e operários, os últimos. têm maiores dificuldades...pela influência que os patrões gozam nos meios políticos e sociais" (A Ordem, 03.02.62).

Labim/UFRN

prepararam a organização da (futura) Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que reuniria mais de 120 sindicatos e arregimentaria cerca de meio milhão de camponeses, em todo o país. Os processos para reconhecimento das Federações e de Sindicatos Rurais estavam em andamento no Ministério do Trabalho. Os dirigentes mantinham-se confiantes que receberiam do ministro do Trabalho, no encerramento do Encontro, os papéis de reconhecimento das Federações. Todavia, apesar do telegrama presidencial de apoio ao Encontro, o credenciamento das Federações não ocorreu naquele momento.

Com o apoio do Movimento Renovador Sindical e do Sindicato de Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna foi realizado o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, de 10 a 13.05.62, em Itabuna - Bahia. No temário para discussões: Estatuto Jurídico do Homem do Campo; Instituto de Aposentadoria e Pensões para o Homem do Campo, Lei de Acidentes; Sindicalização rural; e a SUDENE e o homem do campo. As reivindicações mais expressivas publicadas nas conclusões referiam-se a férias remuneradas, estabilidade de trabalho, melhoria salarial e a "melhoria de condições de vida dos trabalhadores assalariados". Preparando o Congresso o vice-presidente do Movimento de Renovação Sindical e membro da Diretoria do Sindicato de Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna divulgou uma plataforma de ação intitulada: "Líder dos trabalhadores Rurais fala sobre Previdência Social"; documento publicado no Correio Sindical de 20 de fevereiro de 1962, em São Paulo.

No Rio Grande do Norte a Federação dos Trabalhadores e seus sindicatos filiados iniciam a luta pela maior autonomia do SAR. Ao mesmo tempo, somam-se lutas provocadas pelos "coronéis" e, ainda, contra as manipulações dos chefes políticos locais. Travaram-se questões no campo em vários municípios o que leva a Federação e 38 sindicatos a dirigir mensagem ao governador do Estado (Rio Grande do Norte), da qual o recorte a seguir destaca estas referências a lutas sociais: "muitos patrões estão ameaçando de morte trabalhadores e arrendatários"; "tudo como represália à nossa iniciativa de querermos organizar a classe". "É evidente que, na luta entre patrões e operários, os últimos. têm maiores dificuldades...pela influência que os patrões gozam nos meios políticos e sociais" (A Ordem, 03.02.62).

Labim/UFRN

Vale dizer que, no Rio Grande do Norte, era pouco destacada a presença de organizações de camponeses além dos sindicatos assessorados pela Igreja, embora em outros Estados do Nordeste houvesse uma multiplicidade de agremiações trabalhando no campo. Além dos grupos vinculados ao MEB (através da "Articulação Nacional e das coordenadorias Regionais, para a sindicalização rural) existiam no Nordeste organizações vinculadas à ULTAB, Movimento de Renovação Sindical, Enquadramento sindical do Governador Arraes "Independentes" (Palmares e Jaboatão - PE), Círculos Operários e, sobretudo as Ligas Camponesas; A "Ação Popular" (AP) estava no Nordeste (nos movimentos rurais), participando conjuntamente às equipes do MEB; o MASTER não chegou a organizar-se em âmbito dessa região.

Quanto à ULTAB, fundou uma Federação, a ULTAR - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio Grande do Norte, com sede em Natal (25.02.62) e organizações em Piquiri e Vila Flor (1962).

As ligas Camponesas de Guarabira e Sapé, mantinham, (1962-1963) grupos de associados nos sindicatos próximos às fronteiras (da Paraíba): Canguaretana, Santo Antonio, Nova Cruz, Arês, entre outros.

Aqueles tempos eram, como se destacou acima, momentos de acompanhar o que diz Ferreira Machado no "Poema da Terra":

> "O representante do Governo
> Acompanhou a associação
> Distribuindo os contratos
> que acalmou nosso sertão"[54]

[54] MACHADO, (Olimpio Fereira). "Poema da Terra". Revista Brasiliense São Paulo, nº 36, julho-agosto 1962, p. 194.

Labim/UFRN

Os objetivos definidos nas origens da sindicalização rural no Rio Grande do Norte sofreram alterações a partir das lutas dos trabalhadores em suas bases. As ações, os pronunciamentos assumidos pelos sindicatos e pela Federação expressavam posições radicais face às questões que defendiam; confirmavam que os camponeses optavam (1963) por ações independentes pela desvinculação das origens (do SAR).

Mas a radicalização ideológica dos sindicatos camponeses não chegou a se expressar de forma clara. Não foi elaborada. Não teve consistência em termos de princípios. Expressava-se em casos isolados.

Isto encontra confirmação nas CONCLUSÕES DA I CONVENÇÃO BRASILEIRA DE SINDICATOS RURAIS, convocada sob o lema "justiça social para um Brasil melhor", a fim de discutir: Reforma Agrária, Estatuto do Trabalhador Rural, Confederação Nacional e Previdência Social[55].

A Federação dos Trabalhadores Rurais declarava-se responsável pela mobilização de 40.000 trabalhadores sindicalizados e 32 sindicatos, em 138 municípios (ver quadro I, relativo a 1962). Em março de 1964 os sindicatos se elevavam a aproximadamente cinquenta (50), reunindo sessenta mil (60.000) trabalhadores rurais.

Diziam-se (Sindicatos e Federação), mobilizando o camponês para se organizar em movimentos que o defendessem, promovessem, pressionassem por reformas e coordenassem seu trabalho numa ação conjunta; e como linhas de ação: "politiza, forma e orienta o trabalhador rural a responsabilidade que lhe cabe na sociedade" ("arrancada decisiva pela sua libertação")[56].

---

55 I Convenção de Sindicatos Rurais - 15 a 20.07.63, realizada em Natal, convocada por representante de 17 Estados da Federação, para debater: "Reforma Agrária; Estatuto do Trabalhador Rural; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores Agrícolas". Divulgação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, Assessorada pela equipe de sindicalização do SAR, Natal, 1963.

56 Ver I Convenção - Divulgação, op. cit., nota.

Labim/UFRN

"Mensagem do Trabalhador Rural" divulgada no final da Convenção enfatizou os seguintes tópicos (a citação é longa, mas é necessário manter as idéias originais):

"Nós camponeses, cidadãos brasileiros e filhos de Deus, não queremos ser mais escravos. Queremos que nossos direitos sejam respeitados.

- A ordem capitalista em que vivemos é uma desordem, anti-humana e anticristã, pois a grande maioria do povo brasileiro vive ainda debaixo da escravidão de uma minoria de privilegiados, sufocando uma maioria de deserdados e sofredores. Outros querem transplantar para o Brasil, soluções de outros países capitalistas, socialistas ou comunistas como se nós não tivessemos capacidade de examinar nossos problemas e darmos soluções brasileiras aos mesmos. São antinacionalistas e imperialistas.

- Por tudo isto nós estamos resolvidos:

1) Não fazer acordo com capitalismo. Repudiamos todo capitalismo, seja ele individual ou estatal.

2) Lutaremos pelas reformas de base, especialmente a Reforma Agrária.

- Isto só conseguiremos com a reforma da Constituição.

3) Queremos que o direito de associação seja respeitado.

4) Lutaremos pelo salário família, pela participação na direção e nos lucros das empresas. Não admitiremos mais sermos explorados. Queremos a abolição completa do cambão e da condição. Queremos a abolição de exploradores como os regimes de meia de terça e de certas parcerias agrícolas. Queremos terra para trabalhar. Queremos a abolição da escravatura branca.

5) Repudiamos a interferência de elementos estranhos à nossa classe e aos nossos princípios, elementos imperialistas,

Labim/UFRN

reacionários que não conhecem nossas realidades nem o mundo em que vivemos e que muitas vezes querem impor soluções capitalistas, socialistas ou comunistas, como se nós fossemos ou papagaios ou macacos a repetir o que os outros dizem e a fazer o que os outros fazem. Deixem-nos correr os riscos em procurar as nossas próprias soluções, pois também saberemos encontrar o nosso caminho, guardando nossa independência, nossos costumes e nossos próprios princípios. Revolução e agitação são armas superadas pelos golpistas de todos os tempos"[57].

Embora se aluda à presença de representantes de organizações camponesas de 17 Estados do País naquela Convenção, inegavelmente a grande maioria dos participantes era do Nordeste. Vale destacar que, dentre os "congressistas" 87% integravam sindicatos assessorados pela Igreja (SAR, SORPE, SORAL, FAG), e grupos de assessoria do MEB de vários pontos do Nordeste, sobretudo.

O Trabalho da Convenção foi marcado por positivos momentos de radicalização. À margem dos trabalhos específicos de Convenção, desencadearam-se discussões em torno de opções entre os grupos de assessoramento da Igreja.

Estavam presentes grupos de assesores - que qualificamos aqui de "vinculados à Igreja" - que participavam de diferentes "tendências": Secretariados de Ação Social das Dioceses, MEB (com participação da AP) e Círculos Operários.

"Já antes de 1964, um grupo de bispos manifestara temores e críticas ao sentido em que o processo ia caminhando, principalmente em virtude de suas cautelas quanto à orientação dada pela AP. O bispo de Natal, que tivera atritos conflitivos com a equipe nacional da J.C, que discordara da orientação de certos elementos da equipe nacional do MEB, que exercia um controle onipresente sobre as equipes locais destes movimentos, mantendo-os em constante tensão com as suas determinações, e que criara e estimulara atividades sociais na diocese e as atividades implementadas na área da sindicalização rural, manteve uma altercação com a pessoa responsável do MEB nacional (na avaliação da Conveção, feita

---

57 In I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais - Mensagem - Conclusões - Natal Comissão Coordenadora da Convocação. 1963.

Labim/UFRN

em Natal logo após o encerramento da Convenção), o que significou formalizar um rompimento da linha seguida pelos grupos cristãos ligados a Secretariados de Ação Social no Nordeste, a qual ele de certa forma perfilhava, com a linha das equipes do MEB[58].

Esse "rompimento de linha", de que fala Wanderley, foi, para os sindicatos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte e a equipe de assessores que os apoiavam, um fator positivo gerador de novas definições.

Vale destacar, agora, algumas providências de ordem prática que tiveram repercussões políticas:

Trabalharam (os sindicatos) para tornar o assessoramento mais independente do SAR. Esta decisão se concretizou com o ganho da Delegacia da SUPRA[59], pleiteada pela Federação e sindicatos de trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, que contou com o apoio de Plácido das Chagas, naquele momento Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).

Definiram (os sindicatos) o desligamento de três advogados da Federação dos Trabalhadores Rurais - RN, "em virtude da nova orientação que se pretende imprimir ao movimento do sindicalismo rural no Estado, não alicerçada em normas legais e jurídicas" (conforme nota publicado pelos advogados na Tribuna da Impresa de 05.01.64).

As repercussões políticas foram expressas através de posições mais firmes dos sindicatos na defesa dos camponeses nos vários municípios do Estado. Um fato exemplificativo - a greve dos trabalhadores da cana, nos primeiros meses de 1964. As fotos são melhor testemunho que as palavras.

---

58 Wanderley, op. cit., p. 292.

59 Maria Julieta Costa Calazans foi nomeada Delegada da SUPRA no Rio Grande do Norte em dezembro de 1963. Este fato está ligado ao Processo 03-024691 arquivado em 14.11.76. (Diário Oficial da União).

Labim/UFRN

A mais expressiva repercussão: a história. A sociedade atual sabe, e tem muito mais a aprender, das lutas dos lavradores, dos sertanejos, dos vaqueiros - seus investimentos como classe oprimida, contra as forças dominantes no meio rural.

E a partir dali deflagraram-se lutas bastante definidas (embora não muito às claras) pelo comando do poder na sindicalização camponesa (em âmbito, nacional), que se refletiram nas bases:

a) os camponeses e os assessores do Nordeste, pretendendo que a liderança nacional ficasse com seus grupos institucionalizados em sindicatos desde a primeira hora, reforçavam as bases existentes e as ampliavam para tentar, ao menos quantitativamente, assegurar a conquista da Confederação Nacional.

b) os demais grupos (ULTAB, LIGAS, etc.) procuravam reforçar suas posições junto ao sistema do poder - sobretudo com o apoio das bases populares urbanas - para assegurar no menor tempo a investidura sindical de suas associações, que antes atuavam apenas dentro do direito civil e, assim, poder entrar na batalha da composição da Confederação.

c) a posição da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CNSR) e de outros organismos do sistema era de lograr eleger um grupo que ficasse sob o controle do Estado.

A fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi um passo na sindicalização rural para o qual a palavra dos camponeses não teve quase a menor expressão.

Após a Convenção de Natal e os episódios que dela decorreram, os grupos de assessoramento passaram a usar estratégia de atuação cuja principal finalidade era a conquista das cúpulas sindicais. Com essa preocupação, os grupos de assessoramento da Igreja no Nordeste, em reunião realizada no Recife em outubro em 1963 estimularam as Federações de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte - reconhecidas pelo Ministério do Trabalho - a convocar a Fundação da Confederação. Vale acrescentar que segundo as normas legais do sindicalismo brasileiro é necessária (apenas) a existência de três Federações reconhecidas para a fundação de uma Confederação. Em todo o país havia cinco Federações legalmente reconhecidas.

Labim/UFRN

as três do Nordeste (assessoradas pela Igreja); uma no Paraná, funcionando sob os auspícios da ULTAB; e uma em São Paulo, ligada aos Círculos Operários. Ver Quadro II).

A Confederação foi fundada em reuniões realizadas de 23 a 25 de outubro, no Recife, e imediatamente processada no Ministério do Trabalho. A Comissão Nacional de Sindicalização Rural - CNSR - e órgãos do Ministério do Trabalho considerando tal fundação "precipitada", "prematura" sob a alegação de que vários movimentos haviam encaminhado pedidos de reconhecimento de Federações para participarem na fundação desse órgão de cúpula dos camponeses) decidiram não reconhecê-la oficialmente.

De setembro ao fim de 1963 o número de processamento de entidades sindicais, principalmente de Federações, cresceu assustadoramente. No Nordeste, por exemplo, de três Federações aguardando reconhecimento, em setembro, o número se eleva para 19 em dezembro. Em escala nacional, os dados são ainda mais expressivos. Por exemplo, de nove Federações aguardando reconhecimento, em setembro o número se eleva para 33 em dezembro. Ver Quadros 2 e 3 (anexos).

E, em meio a toda essa euforia de expansão, a CNSR e o Ministério do Trabalho planejam, juntamente com a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), uma nova fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-(CONTAG) para dezembro de 1963.

Coube à CNSR a convocação das Federações Estaduais para a nova reunião de Fundação da CONTAG e, em 18 de dezembro de 1963 os presidentes de Federações que atenderam à convocatória da CNSR foram informados que, naquela data, segundo normas baixadas pelo Ministério do Trabalho, estavam ali presentes 26 organizações com direito a voto". (Ver Quadros III e IV) Os grupos se dividiam, se sub-dividiam e tentavam as mais diversas estratégias de composição. Na última hora, as Federações tinham a seguinte distribuição quanto às posições ideológicas (sem dúvida decorrente das posições dos grupos de "assessores" e "orientadores" presentes): dez Federações sob a orientação do PC; oito Federações sob a coordenação da AP; seis Federações assessoradas pelos grupos do Nordeste com

Labim/UFRN

orientação da Igreja, que participaram da primeira fundação. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil exerceu o controle da eleição, prevalecendo-se de suas ligações com a Comissão Nacional de Sindicalização Rural. Houve várias tentativas de aproximação entre os grupos de assessores cristãos, representados ali sobretudo pela AP e pelas três Federações de Nordeste, que participaram da primeira fundação. Estas falharam, inegavelmente por discordâncias de caráter ideológico. Por fim os grupos majoritários chegaram à decisão de compor uma chapa única. Duas Federações minoritárias se omitiram ao PC, três aos grupos de AP e dois aos grupos de Nordeste, participantes da primeira fundação.

A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi reconhecida pelo Decreto nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964, assinada pelo Presidente João Goulart.

De janeiro a março de 1964 o movimento camponês intensificou-se e vinha se radicalizando, no Rio Grande do Norte como no resto do País.

O Conselho Sindical Rural Único foi criado pelos Sindicatos Rurais do Rio Grande do Norte, ficando como presidente José Rodrigues Sobrinho (Natal - 07 e 08 de janeiro de 1964), naquele momento exercendo também a Presidência da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte.

A resposta dos camponeses aos advogados que se demitiram da assessoria jurídica do movimento, dá conta de como iam aqueles dias:

"A defesa do trabalhador rural, todavia, é difícil, exige maior trabalho e cuidado. A prepotência de alguns patrões, acobertada pela superioridade econômica, a cumplicidade de muitos delegados de polícia, a facciosidade, embora rara, de certos magistrados, sempre favoráveis aos empregadores, a ausência quase constante das autoridades da sede do município, são fatores que se conjugam contra a ignorância e a pobreza do trabalhador rural, sofrido e injustiçado e que tem como fonte única de defesa e confiança o seu SINDICATO".

Labim/UFRN

"Por outro lado, a justiça, quase sempre tardia, deixa o homem do campo a descoberto, até a solução do seu caso, sofrendo perseguição e ameaças do patrão. Daí porque promoveremos, em tais casos, movimento de ação sindical, que consiste na união de maior número possível de associados, para hipotecar solidariedade ao companheiro ameaçado ou perseguido e assegurar-lhe a garantia necessária para que não sinta só no mundo e tenha condições de defender os seus direitos sem humilhar-se".

"Isso, como se vê, não é solução extralegal, mas solidariedade classista, existente em todo o universo e que é indispensável no setor rural" (A Ordem, 08.01.64).

E, até aquele (s) primeiro (s) dia (s) de abril de 1964, ainda: cursos, avaliações, greves, invasões de terra, questões salariais, ações políticas, enfim, mobilizações por todo o Estado.

Depois: processos, prisões...

Neste resgate dos movimentos camponeses vividos no Rio Grande do Norte (no Brasil) não há lugar para conclusões.

Certamente, abre uma oportunidade para se refletir sobre o movimento dos trabalhadores rurais como prática política. Sobre os atores desses movimentos, suas formas de mobilização, suas lutas como classe.

Refletir, principalmente, na perspectiva apontada por Gramsci: "A garantia da autonomia é exaltada mesmo no que respeita aos camponeses. Ele insiste, no momento em que elucida a elaboração do conceito de aliança de classe entre operários (do Norte) e camponeses (pobre do Sul), na importância essencial de o movimento camponês possuir instituições próprias, associações, em sua articulação democrática, pondo o problema da direção geral, por parte da classe operária e do seu partido, em termos tipicamente hegemônicos e de direção mediata"[60].

---

[60] Gramsci, Antonio. Estudos Políticos, Lisboa, Serra Nova, 1976, p. 21.

Labim/UFRN

QUADRO I

SINDICATOS DE "TRABALHADORES RURAIS" - NORDESTE

Sindicatos vinculados ao assessoramento da Igreja

- Até junho de 1962 -

REGIÃO - ESTADOS	SINDICATOS		FEDERAÇÕES		NÚMERO APROXIMADO DE ASSOCIADOS
	RECONHECIDOS	AGUARDANDO RECONHECIMENTO	RECONHECIDAS	AGUARDANDO RECONHECIMENTO	
NORDESTE	38	91	-	5	106.000
Maranhão	-	-	-	-	-
Piauí	1	5	-	-	10.000
Ceará	5	8	-	1	2.000
Rio G. do Norte	8	24	-	1	35.000
Paraiba	8	5	-	1	9.000
Pernambuco	8	25	-	1	35.000
Alagoas	-	-	-	-	-
Sergipe	6	15	-	1	10.000
Bahia	2	9	-	-	5.000

FONTE: Coordenadoria de Sindicalização do Nordeste - CNBB.

Labim/UFRN

QUADRO II

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS - NORDESTE

- Até setembro de 1963 -

REGIÃO - ESTADOS	SINDICATOS		FEDERAÇÕES	
	RECONHECIDOS	AGUARDANDO RECONHECIMENTO	RECONHECIDAS	AGUARDANDO RECONHECIMENTO
NORDESTE	83	125	3	3
Maranhão	3	4	-	1
Piauí	2	4	-	-
Ceará	10	11	-	1
R.G. Norte	17	21	1	-
Paraiba	10	6	-	1
Pernambuco	27	53	1	-
Alagoas	2	6	-	-
Sergipe	9	12	1	-
Bahia	3	8	-	-

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA - Departamento de Promoção e Organização Rural - Divisão de Organização Rural. Setembro 1963.

Labim/UFRN

QUADRO III

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS - NORDESTE

- Até dezembro de 1963 -

REGIÃO - ESTADOS	SINDICATOS		FEDERAÇÕES		MUNICÍPIOS ATINGIDOS
	RECONHECIDOS	AGUARDANDO RECONHECIMENTO	RECONHECIDAS	AGUARDANDO RECONHECIMENTO	
NORDESTE	103	221	5	19	1.298
Maranhão	3	14	-	1	122
Piauí	2	16	-	3	102
Ceará	21	22	1	2	176
R.G. Norte	19	41	1	4	131
Paraiba	11	20	1	1	149
Pernambuco	32	58	1	4	121
Alagoas	4	22	-	2	93
Sergipe	9	9	1	-	65
Bahia	2	19	-	2	338

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA (SUPRA) - Departamento de Promoção e Organização Rural - Divisão de Organização Rural. Dezembro de 1963.

Labim/UFRN

QUADRO IV

SINDICATOS DE "TRABALHADORES RURAIS" - NORDESTE

- Expansão entre os meses de setembro a dezembro de 1963 -

E S P E C I F I C A Ç Ã O	1 9 6 3		EXPANSÃO %
	SETEMBRO	DEZEMBRO	
SINDICATOS RECONHECIDOS	83	103	24
SINDICATOS AGUARDANDO RECONHECIMENTO	125	221	77
FEDERAÇÕES RECONHECIDAS	3	5	60
FEDERAÇÕES AGUARDANDO RECONHECIMENTO	3	19	533
CONFEDERAÇÃO AGUARDANDO RECONHECIMENTO	1*	1	0

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA (SUPRA) - Departamento de Promoção e Organização Rural - Divisão de Organização Rural.

Relatórios apresentados nos meses de setembro e dezembro de 1963.

* A SUPRA não incluiu em seu relatório o dado referente à Confederação fundada no mês de setembro de 1963.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Labim/UFRN